

FÓRUM – SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Ana Cristina Braga Martes

FGV-EAESP

E-mail: ana.martes@fgv.br

Maria Rita Loureiro

FGV-EAESP

E-mail: mrloureiro@yahoo.com

Ricardo Abramovay

FEA-USP

E-mail: abramov@usp.br

Maurício Serva

PUC-PR

E-mail: mserva@terra.com.br

Maurício C. Serafim

FGV-EAESP

E-mail: serafim.gv@gmail.com

Compreender as ações econômicas por meio de fatores ou variáveis sociológicas não deveria ser considerado um procedimento estranho nem mesmo para o senso comum. Coerção, costume, crença, imitação ou obediência são fenômenos sociais que sempre foram utilizados para explicar os mais variados comportamentos econômicos.

Na academia não foi diferente. Já no nascimento das Ciências Sociais, e mais especificamente na constituição da Sociologia como um campo particular do conhecimento, procurou-se compreender de que maneira as instituições e estruturas sociais conformam a divisão do trabalho e a dinâmica dos mercados. E ainda como o contexto social e os processos históricos levaram os homens a diversificarem a organização da produção e das trocas, no espaço e no tempo. Não por acaso, entre os autores clássicos e fundadores da Sociologia Econômica (SE) encontram-se Max Weber, Émile Durkheim, Karl Marx e Georg Simmel. De modo correlato, a perspectiva institucional se faz presente já no nascimento da Economia, tanto na Escola

Clássica Inglesa (Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill), como na Escola Histórica Alemã (Wilhelm Roscher, Bruno Hildebrand e Karl Knies).

Entre os economistas, a concepção histórico-social acerca dos fenômenos econômicos sofre um significativo revés no final do século XIX, quando se torna predominante o pensamento econômico neoclássico (Carl Menger, Willian Jevons e Léon Walras), que impõe um modelo de ciência abstrato formal (fundado na matemática). Já entre os sociólogos, o afastamento da análise dos fenômenos econômicos se dá em uma fase posterior, isto é, em meados do século XX. Curioso observar que é também nesse período que Joseph Schumpeter e Maynard Keynes apresentam sérias críticas à ortodoxia do pensamento econômico neoclássico. *The theory of economic development: An inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle*, de Schumpeter, foi editado pela Universidade Harvard em 1934; *The general theory of employment interest and money*, de Keynes, foi publicado na Inglaterra em 1936.

De acordo com Philippe Steinner (Steinner, 2006), a cisão entre Sociologia e Economia, que se observa dos anos 1930 aos anos 1970, acabou por reservar à teoria econômica o estudo do comportamento individual racional, restando à Sociologia analisar os demais tipos de comportamento (como, por exemplo, a formação de preferências) e, particularmente, compreender os motivos, sejam eles individuais ou sociais, orientadores do comportamento econômico.

Em nome da cautela, no entanto, não se deve perder de vista que o declínio das abordagens apoiadas na intersecção desses dois campos não significou o abandono dos temas econômicos pelos sociólogos. A sociologia de inspiração marxista, por exemplo, vigorosa nestas três décadas nas suas mais diversas vertentes, jamais negligenciou a relação entre economia e sociedade. Particularmente Karl Polanyi, com o livro *A grande transformação* (originalmente de 1944) deu uma grande contribuição à consolidação da Sociologia Econômica (SE).

Ainda que com menor intensidade, os “intelectuais liberais” também contribuíram. Em 1963, Neil Smelser escreve um livro sobre o tema, publicado no Brasil cinco anos depois, com o título *A sociologia da vida econômica*. No entanto, já no prefácio, ao justificar seu trabalho, o autor alega que os economistas tratam apenas das relações entre variáveis econômicas, desconsiderando o contexto social, enquanto os sociólogos, apesar de pesquisarem o comportamento econômico, não haviam elaborado ainda uma abordagem teórica capaz de sistematizar os inúmeros, porém dispersos, resultados parciais das pesquisas até então realizadas.

O que vem sendo chamado de Nova Sociologia Econômica não se resume ao tratamento sociológico de variáveis econômicas, mas engloba a construção de um corpo sistemático de conhecimento, com questões que perfazem um debate e posicionam os autores no interior de uma literatura específica. Desse modo, a SE constitui propriamente uma *abordagem*, ou uma perspectiva de análise, nas palavras de Smelser e Swedberg, para os quais ela pode ser definida como “a aplicação de estruturas de referência, variáveis e modelos explicativos da Sociologia a um complexo de atividades relacionadas à produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços escassos” (Smelser e Swedberg, 1994, p. 3). Invocando as palavras de Max Weber (1949), Swedberg (2004, 7) elabora a seguinte definição: “a sociologia econômica estuda o setor econômico na sociedade (fenômenos econômicos) e também a maneira como esses fenômenos influenciam o resto da sociedade ou os fenômenos

economicamente condicionados. Por outro lado estuda o modo como o restante da sociedade os influencia (fenômenos economicamente relevantes)”.

De qualquer modo, o que atualmente se observa nas pesquisas de interface entre as duas disciplinas é uma espécie de alargamento do campo de interesses e inovação metodológica. Assim, se até os anos 1980 os sociólogos econômicos se debruçavam sobre as instituições e se mantinham especialmente atentos a questões relativas a controle, sanções e normas, nas duas últimas décadas, gênero, redes sociais e cultura tornaram-se também temas-chaves dessa abordagem.

O marco inicial da Nova Sociologia Econômica norte-americana pode ser encontrado nos trabalhos de Mark Granovetter, especificamente com o desenvolvimento, por este último autor, do conceito de imersão (*embeddedness*). Também a ele se deve a expansão da análise de redes, como a metodologia da SE, sob a marcante influência de seu professor Harrison White, autor do livro *Markets from networks* (2001). Na SE europeia, menos difundida no Brasil, destacam-se os trabalhos de Laurent Thévenot, Luc Boltanski e Michel Callon, além de, obviamente, Pierre Bourdieu, que introduz conceitos-chaves para as pesquisas que se apóiam nessa abordagem, tais como *habitus*, campo, diversos tipos de capital e de interesses. Enquanto Thévenot e Boltanski chamam a atenção para a análise das convenções que coordenam as ações econômicas (modelos padronizados de justificação), Callon, juntamente com Bruno Latour, focaliza a ciência e a tecnologia e, do ponto de vista metodológico, desenvolve a teoria dos atores e das redes (*actor-networks-theory*) (Swedberg, 2004).

Apesar de importantes avanços, a Nova Sociologia Econômica tem sido muito mais pródiga em elaborar críticas à economia neoclássica – mesmo no caso do célebre trabalho de 1985 de Mark Granovetter que aborda a Nova Economia Institucional – do que na formulação de modelos teóricos alternativos. Foi por esse motivo que o texto de Neil Fligstein foi escolhido para compor este Fórum.

Pouco conhecido em meio à sua vasta e importante produção, o texto “Habilidade social e a teoria dos campos” tem o objetivo central de oferecer fundamentos teóricos e também ontológicos ao estudo da vida econômica. Em comum com outros expoentes da SE, Fligstein recusa o ponto de vista segundo o qual a cooperação, na vida econômica, resulta de ações pulverizadas e atomizadas de indivíduos e firmas. Para o autor, a existência do mercado supõe, ao contrário, formas localizadas e palpáveis de cooperação direta. É exatamente por isso

que os mercados devem ser objeto de uma abordagem “político-cultural”.

Inspirado no interacionismo simbólico, Fligstein aborda a cooperação embutida nas relações de mercado sob o ângulo do poder (de influenciar e de constituir um certo campo) e dos significados do que os atores são capazes de inspirar nos outros a partir de suas práticas. Em outras palavras, esse texto é importante por sua ambição de dotar a SE de uma teoria da ação. O ponto de partida é a necessidade de os indivíduos e as organizações estabilizarem e reduzirem os riscos em suas relações. No cerne das estruturas sociais está, portanto, a cooperação humana.

Todavia, cooperação não é aqui entendida por Fligstein como ideal normativo ou – à maneira *lockiana* – como pressuposto geral de convivência entre indivíduos: ela é um modelo de ação que supõe capacidade de persuasão e de interferência na própria formação dos significados em torno dos quais se organiza a ação social. Daí a importância do que Fligstein chama de “empreendedores institucionais”, ou seja, de indivíduos capazes de exercer liderança na organização para promover iniciativas coletivas, incorporando a análise dos movimentos sociais às firmas, passando pelo próprio mercado.

Toda a obra de Fligstein, desde seus trabalhos do início dos anos 1990, concentra-se na tentativa de desfazer o mito de que no mercado os indivíduos comportam-se como maximizadores. Ao contrário, o que os atores (ou agentes econômicos) buscam é reduzir os riscos inerentes ao fato de estarem todos expostos à instabilidade do funcionamento do sistema de preços. Nessa tentativa permanente de garantir as condições de sua própria sobrevivência, os indivíduos e os grupos constroem “habilidades sociais” que lhes permitem lutar pela dominação do campo em que atuam. O trabalho de Fligstein tem a virtude de colocar o poder – e sobretudo o poder de construir significados – no centro da vida econômica e da construção dos próprios mercados.

Benoît Lévesque, sociólogo canadense e um dos autores mais proeminentes da SE na atualidade, foi escolhido para participar deste Fórum porque seu artigo “Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável” oferece ao público brasileiro um quadro rico e abrangente da produção norte-americana e européia. Traz ainda esclarecimentos relevantes sobre a diversidade e a riqueza desta abordagem. Valendo-se de uma extensa pesquisa realizada em conjunto com Giles Bourque e Éric Forgues, na qual são retrçados em detalhes os caminhos

tomados pela SE (Lévesque, Bourque e Forgues, 2001), o autor empreende uma revisão das principais correntes que compõem a disciplina, estabelecendo, para tanto, dois marcos de referência.

O primeiro marco concerne à distinção entre as produções de língua francesa e de língua inglesa. Admitindo que no campo atual da SE essas duas tradições lingüísticas “se ignoram mais do que se reconhecem”, Lévesque, entretanto, identifica semelhanças entre determinadas correntes, apesar da atenção diferenciada que elas dão ao Estado, ao mercado, às instituições e aos atores sociais. No âmbito da SE de língua francesa, o autor identifica as correntes do Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (conhecido na francofonia como MAUSS), da Economia Social e Solidária, da Teoria da Regulação, da Economia da Grandeza, da Economia das Convenções. Na de língua inglesa, a corrente da New Economic Sociology, a corrente composta pelos autores ditos evolucionistas e neoschumpeterianos, a dos neocorporativistas, a dos neo-institucionalistas e, por fim, a abordagem da *socio-economics* fundada por Amitai Etzioni, autor muito conhecido na teoria das organizações.

O segundo marco referencial é o mais importante do artigo, pois é por meio dele que Lévesque desenvolve a discussão sobre a natureza interdisciplinar da SE e a sua contribuição para a análise dos fenômenos econômicos na contemporaneidade. Trata-se do tratamento do tema do desenvolvimento sustentável, cada vez mais presente na pauta das discussões sobre o presente e o futuro das sociedades. O autor identifica as possíveis contribuições que as diversas correntes da SE podem trazer ao debate sobre o desenvolvimento sustentável, notadamente ao considerar as atividades econômicas como profundamente enraizadas nos processos sociais.

Ao examinar tais correntes da Sociologia Econômica com o intuito de apresentar um panorama geral dessa disciplina, Lévesque dá maior atenção àquelas pertencentes à tradição de língua francesa, argumentando que já existem obras compondo revisões de literatura relativamente exaustivas da produção em língua inglesa. Lembra ainda que “se nos limitarmos às obras de língua inglesa, estaremos assumindo que a NSE de língua francesa não existe; daí o interesse por uma pesquisa mais atenta a esta última”. Assim, o texto do professor Benoît Lévesque abre novas avenidas para o debate e o avanço do desenvolvimento sustentável. Dá ao leitor brasileiro a oportunidade de entrar em contato com a produção da SE em língua francesa, que é tão rica e promissora como a de língua inglesa, embora esta seja mais difundida no Brasil.

SOCIOLOGIA ECONÔMICA NO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DESTE FÓRUM

Também entre nós, a SE constitui uma área em expansão. Na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais foi criado o primeiro Grupo de Trabalho em Sociologia Econômica há apenas três anos, ou seja, em 2004. Apesar de recente, foram apresentados, desde então, 36 trabalhos e quase 150 foram submetidos à participação.² É preciso registrar, ainda, a ocorrência do I Congresso Internacional de Sociologia Econômica e das Finanças, realizado na Universidade Federal de São Carlos, em 2006.

A revista *Tempo Social*, da Universidade de São Paulo, em número especialmente dedicado à SE (v. 16, n. 2, São Paulo, 2004), reuniu alguns dos principais sociólogos brasileiros da área, apresentando artigos de temas variados: mercado como construção social, modernização, padrões de qualidade, finanças, cultura e desemprego. Na condição de autor internacional convidado, Swedberg abre esse número da revista fazendo um convite aos brasileiros para que se apropriem desta abordagem: “Tenho a esperança de que os intelectuais e cientistas sociais brasileiros se interessem pelas tentativas recentes de reviver a SE e, assim, fiquem desejosos de se juntar nesse projeto intelectual, cujas raízes remontam a eruditos como Karl Marx, Max Weber, Joseph Schumpeter e Karl Polanyi” (Swedberg, 2004, p. 7). Foi com esse mesmo espírito que organizamos este Fórum na RAE, na tentativa de divulgar os trabalhos de pesquisa que aqui vêm sendo produzidos.

A chamada de trabalhos para o Fórum de Sociologia Econômica se encerrou no final de setembro de 2005, com 35 artigos submetidos, um recorde na RAE até então. Desses artigos, 14 entraram no processo de *double blind review*, sendo seis os aprovados para publicação, após se realizarem os aperfeiçoamentos sugeridos pelos avaliadores. Três desses artigos compõem a presente edição da RAE impressa, além dos dois textos internacionais convidados. Os outros três artigos aprovados serão publicados na RAE-eletrônica – juntamente com o artigo convidado de Mark Granovetter –, em consonância com a crescente tendência da RAE de trabalhar com as duas revistas de modo integrado.

Nesta edição, temos o trabalho de Reginaldo Sales Magalhães, intitulado “Habilidades sociais no mercado de leite”, cujo objetivo é investigar como as cooperativas de agricultores familiares conseguiram garantir a estabilidade da oferta de leite em um ambiente altamente competitivo e com poucos recursos econômicos dispo-

níveis. O caso chama a atenção porque coloca em cheque grande parte dos estudos de mercado que previam a concentração de mercado e a exclusão dos produtores com menores recursos financeiros. Por meio de uma investigação empírica do mercado de leite, o autor sugere que as cooperativas ocuparam uma posição de destaque por terem desenvolvido habilidades sociais capazes de mobilizar capital social e simbólico, construir uma nova identidade social em torno da produção familiar de leite, estimular a cooperação e manter estáveis as relações com os fornecedores. Como conclusão, o autor afirma que apenas com uma abordagem territorial dos mercados é que se pode compreender por que e como se formam as organizações de produtores e de que modo fatores não econômicos podem ser determinantes para as condições de concorrência.

O segundo trabalho, da professora francesa Marie-France Garcia-Parpet, intitulado “Dinâmica de mercado e trajetória de produtores em face do sistema de classificação de vinhos”, reflete sobre a relação entre os agentes econômicos e as instituições do mercado, principalmente no que se refere às classificações. Trabalhando com o pressuposto de que a dinâmica de mercado é um fenômeno social, a pesquisa busca compreender como os produtores se comportam nessa relação: seriam eles forçados a modificar seus investimentos para se adaptarem às classificações existentes, para reforçá-las quando elas são favoráveis, ou, em caso contrário, para criar outras classificações? Mediante um estudo de caso sobre os vinhos franceses, em um contexto de competição global, Marie-France evidencia a importância das instituições para se compreender a construção social dos mercados e sua dinâmica.

O terceiro trabalho, “Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista”, dos autores Oswaldo Mário Serra Truzzi e Mário Sacomano Neto, aborda as principais relações entre atividade empresarial e etnicidade, ou seja, o empreendedorismo étnico. Segundo os autores, o empreendedorismo étnico ganhou relevância entre os estudiosos da SE quando os pesquisadores passaram a reconhecer que os recursos e as possibilidades de emprego dos imigrantes se encontram no interior e na dinâmica de suas próprias comunidades, imersas em redes de relacionamento e geradoras de capital social. É nessa perspectiva que os autores analisam, na experiência migratória paulista, a criação e o desenvolvimento de empresas de propriedade de grupos imigrantes que chegaram ao Brasil com o intuito de “fazer a América”.

Para finalizar, esperamos que os trabalhos selecio-

nados para este Fórum, tanto os publicados aqui na *RAE* impressa quanto na *RAE-eletrônica*, possam estimular a reflexão sobre a contribuição da perspectiva sociológica às diversas áreas do conhecimento, tanto na Administração de Empresas quanto na Administração Pública.

NOTAS

¹ Nova Sociologia Econômica (NSE), termo cunhado por Mark Granovetter, tem por objetivo contrastar os trabalhos mais recentes da área com aqueles que compõem a “Velha Sociologia Econômica” da década de 1960, expressa nos trabalhos de Parsons e Moore. A NSE tem como marco o trabalho de Granovetter “Economic action and social structure: The problem of embeddedness” (1985) – cuja tradução está publicada no Fórum de Sociologia Econômica na *RAE-eletrônica* v. 6, n. 1, jan./jun. 2007 (www.rae.com.br/eletronica).

² O GT é coordenado pelos professores Ricardo Abramovay (USP), Roberto Grun (UFSCar) e Cecile Mattedi (UFSC).

REFERÊNCIAS

LÉVESQUE, B.; BOURQUE, G.; FORGUES, É. *La nouvelle sociologie économique: originalité et diversité des approches*. Paris: Desclée de Brouwer, 2001.

SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Eds.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

STEINER, P. *Sociologia Econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, R. Sociologia Econômica: hoje e ontem. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, 2004.

Artigo convidado. Aprovado em 16.03.2007.